

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023.1





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA

SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO		1.179.084.836,60	951.868.310,59
DISPONIBILIDADES	4	2.390.608,11	125.826,34
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.106.268.578,97	885.939.817,55
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	845.239.231,21	665.102.647,61
Títulos e Valores Mobiliários	6	242.125.210,44	201.483.994,64
Operações de Crédito	7	18.897.776,76	19.346.814,74
Outros Ativos Financeiros	8	6.360,56	6.360,56
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7	(196.558,59)	(130.394,67)
(-) Operações de Crédito		(196.558,59)	(130.394,67)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	33.223,53	23.016,59
OUTROS ATIVOS	10	1.421.807,03	891.768,63
INVESTIMENTOS	11	68.286.927,34	64.077.910,07
IMOBILIZADO DE USO	12	1.777.841,90	1.761.798,96
INTANGÍVEL	13	289.442,68	284.590,47
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(1.187.034,37)	(1.106.023,35)
TOTAL DO ATIVO		1.179.084.836,60	951.868.310,59
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.179.084.836,60	951.868.310,59
DEPÓSITOS	14	114.831.603,60	53.839.860,00
Depósitos Sob Aviso		163.151,97	153.196,43
Depósitos a Prazo		114.668.451,63	53.686.663,57
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		947.521.237,51	790.292.949,52
Relações Interfinanceiras	15	947.381.981,98	790.164.561,91
Outros Passivos Financeiros	16	139.255,53	128.387,61
PROVISÕES	17	145.927,78	142.324,99
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	315.003,38	306.487,65
OUTROS PASSIVOS	19	12.292.502,94	10.108.722,30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		103.978.561,39	97.177.966,13
CAPITAL SOCIAL	20.a	71.656.322,57	66.147.031,80
RESERVAS DE SOBRAS	20.b	28.202.155,59	29.178.267,51
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	20.c	(171.738,86)	(179.197,00)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.d	4.291.822,09	2.031.863,82
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.179.084.836,60	951.868.310,59

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA

SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		61.101.086,28	35.009.172,93
Operações de Crédito	21	1.106.830,82	1.497.189,93
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	46.527.690,97	24.514.636,18
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.d	13.466.564,49	8.997.346,82
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(57.752.901,03)	(32.309.490,37)
Operações de Captação no Mercado		(5.387.724,27)	(550.833,82)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(52.299.012,84)	(31.726.217,80)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(66.163,92)	(32.438,75)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.348.185,25	2.699.682,56
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		990.436,95	2.183.483,50
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	256.006,07	204.211,55
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(5.694.663,05)	(4.875.967,28)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(3.330.469,45)	(2.448.892,07)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	(80.006,27)	(68.168,66)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	27	4.199.567,51	4.558.587,83
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	5.761.207,68	4.842.669,67
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(121.205,54)	(28.957,54)
PROVISÕES		(3.602,79)	(3.021,33)
Provisões/Reversões para Contingências	30	(3.602,79)	(3.021,33)
RESULTADO OPERACIONAL		4.335.019,41	4.880.144,73
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(0,01)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		4.335.019,40	4.880.144,73
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(43.197,31)	(31.387,78)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(22.498,32)	(15.693,89)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(20.698,99)	(15.693,89)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.291.822,09	4.848.756,95
JUROS AO CAPITAL		-	(2.906.215,03)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		4.291.822,09	1.942.541,92

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		51.767.853,20	8.464.466,55	1.188.613,75	18.706.234,73	(609.183,31)	1.565.792,54	81.083.777,46
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Distribuição de sobras para associados		1.557.817,80	-	-	-	-	(1.565.792,54)	(7.974,73)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		2.796.468,45	-	-	-	-	-	2.796.468,45
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	4.848.756,95	4.848.756,95
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	-	181.252,91	-	181.252,91
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(2.906.215,03)	(2.906.215,03)
Saldos em 30/06/2022		56.122.139,45	8.464.466,55	1.188.613,75	18.706.234,73	(427.930,40)	1.942.541,93	85.996.066,01
Saldos em 31/12/2022		66.147.031,80	9.402.249,85	1.069.782,93	18.706.234,73	(179.197,00)	2.031.863,82	97.177.966,13
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Distribuição de sobras para associados	20.d	2.031.863,82	-	-	-	-	(2.031.863,82)	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		3.477.426,95	-	-	-	-	-	3.477.426,95
Reversão/Realização de Fundos		-	-	(976.111,92)	-	-	-	(976.111,92)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	20.d	-	-	-	-	-	4.291.822,09	4.291.822,09
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	-	7.458,14	-	7.458,14
Saldos em 30/06/2023		71.656.322,57	9.402.249,85	93.671,01	18.706.234,73	(171.738,86)	4.291.822,09	103.978.561,39

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		4.335.019,40	4.880.144,73
Resultado de Equivalência Patrimonial		(4.199.567,51)	(4.558.587,83)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		66.163,92	32.438,75
Provisões/Reversões para Contingências		3.602,79	3.021,33
Depreciações e Amortizações		100.571,61	72.657,34
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		305.790,21	429.674,32
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(180.136.583,60)	(91.865.620,63)
Títulos e Valores Mobiliários		(40.641.215,80)	(10.164.663,14)
Operações de Crédito		449.037,98	4.437.127,58
Outros Ativos Financeiros		-	(40.229,52)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(10.206,94)	(7.705,20)
Outros Ativos		(530.038,40)	(221.774,76)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos sob Aviso		9.955,54	7.363,76
Depósitos a Prazo		60.981.788,06	7.557.039,45
Relações Interfinanceiras		157.217.420,07	86.890.075,07
Outros Passivos Financeiros		10.867,92	1.651,93
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(34.681,58)	(10.896,98)
Outros Passivos		2.183.780,64	2.344.674,02
Reversão/Realização de Fundos		(976.111,92)	-
Imposto de Renda Pago		-	(31.319,33)
Contribuição Social Pago		-	(30.470,53)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.170.197,82)	(705.073,96)
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Intangível		(4.852,21)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(35.603,53)	(63.497,20)
Aquisição de Investimentos		(1.991,62)	(1.158,01)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(42.447,36)	(64.655,21)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		3.477.426,95	2.796.468,45
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(7.974,73)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		3.477.426,95	2.788.493,72
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.264.781,77	2.018.764,55
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	125.826,34	139.175,26
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	2.390.608,11	2.157.939,81
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.264.781,77	2.018.764,55

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA

SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.291.822,09	4.848.756,95
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	20.c	7.458,14	181.252,91
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		7.458,14	181.252,91
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		4.299.280,23	5.030.009,86

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

Em Reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA, doravante denominado Sicoob Central BA, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, coordena as ações do Sicoob BA, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. Integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

Está sediado à Rua Alceu Amoroso Lima, nº 470, 10º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços.

A atividade preponderante é prestar, às cooperativas filiadas, orientação jurídica, gerencial, administrativa, de informática, financeira, social, operacional, de comunicação social, de capacitação profissional, entre outras, visando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços oferecidos pelas referidas instituições.

Para a consecução dos objetivos, realiza o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional das cooperativas filiadas, de forma a prevenir e a corrigir situações anormais que possam configurar infrações legais ou regulamentares, inclusive internas, ou acarretar risco para a solidez daquelas instituições e do Sistema.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN,



consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* – Cosif, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em reunião da Diretoria Executiva de 31/07/2023.

2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 354, de 16 de fevereiro de 2023**, que trata dos detalhes do documento COS 4111 - Saldos Contábeis Diários. O impacto principal envolveu desenvolvimento de sistema apto para geração do arquivo no leiaute exigido pelo BCB, bem como adequações nas rotinas de conciliação contábil. O documento passou a ser remetido ao órgão a partir da data-base 1º/6/2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial. Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.



Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida no Sicoob Central BA e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados por ações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas Filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária. As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O Sicoob Central BA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	2.390.608,11	125.826,34
TOTAL	2.390.608,11	125.826,34

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas	15.793.345,13	727.523.389,25	27.660.560,98	590.277.324,85
Ligadas Com Garantia	3.244.031,29	98.678.465,54	2.591.606,47	44.573.155,31
TOTAL	19.037.376,42	826.201.854,79	30.252.167,45	634.850.480,16



As taxas de remuneração dessas aplicações estão no intervalo entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos Privados	-	19.037.376,42	826.201.854,79	845.239.231,21
TOTAL	-	19.037.376,42	826.201.854,79	845.239.231,21

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.527.690,97	24.514.636,18

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas, no não circulante:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Participação Em Cooperativa, Exceto Cooperativa. Central De Crédito	8.672.071,18	8.672.071,18
Participação Em Empresa Controlada Por Cooperativa Central De Crédito	12.500,00	12.500,00
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	8.684.571,18	8.684.571,18

A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	-	111.197.295,73	-	85.470.932,59
Cotas de Fundos de Investimento (b)	42.553.128,03	79.690.215,50	32.720.294,60	74.608.196,27
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	42.553.128,03	190.887.511,23	32.720.294,60	160.079.128,86

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, com remuneração de, aproximadamente, 98% a 103% do CDI;

(b) Os fundos de investimentos de curto prazo têm remuneração aproximada de 97% do CDI, o de longo prazo 111% do CDI.

(c) Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Fundos	42.553.128,03	-	79.690.215,50	122.243.344,53
Títulos Públicos Federais	-	-	111.197.295,73	111.197.295,73
TOTAL	42.553.128,03	-	190.887.511,23	233.440.639,26

d) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	6.878.623,86	4.165.410,04
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	6.596.173,70	4.831.936,78
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(8.233,07)	-
TOTAL	13.466.564,49	8.997.346,82

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	8.495.316,97	10.402.459,79	18.897.776,76	8.976.105,05	10.370.709,69	19.346.814,74
Total de Operações de Crédito	8.495.316,97	10.402.459,79	18.897.776,76	8.976.105,05	10.370.709,69	19.346.814,74
(-) Provisões para Operações de Crédito	(117.093,18)	(79.465,41)	(196.558,59)	(66.494,25)	(63.900,42)	(130.394,67)
TOTAL	8.378.223,79	10.322.994,38	18.701.218,17	8.909.610,80	10.306.809,27	19.216.420,07

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A	0,5%	Normal	14.814.988,37	14.814.988,37	(74.074,94)	12.614.698,29	(63.073,49)
B	1%	Normal	-	-	-	6.732.116,45	(67.321,18)
C	3%	Normal	4.082.788,39	4.082.788,39	(122.483,65)	-	-
Total Normal			18.897.776,76	18.897.776,76	(196.558,59)	19.346.814,74	(130.394,67)
Total Geral			18.897.776,76	18.897.776,76	(196.558,59)	19.346.814,74	(130.394,67)
Provisões			(196.558,59)	(196.558,59)		(130.394,67)	
Total Líquido			18.701.218,17	18.701.218,17		19.216.420,07	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.342.942,20	6.152.374,77	10.402.459,79	18.897.776,76
TOTAL	2.342.942,20	6.152.374,77	10.402.459,79	18.897.776,76

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	30/06/2023	% da Carteira
Outros	18.897.776,76	18.897.776,76	100%
TOTAL	18.897.776,76	18.897.776,76	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(130.394,67)	(182.644,36)
Constituições/ Reversões no período	66.163,92	52.249,69
Saldo Final	(196.558,59)	(130.394,67)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	9.754.873,83	51,62%	6.638.121,24	34,31%
10 Maiores Devedores	18.897.776,76	100,00%	19.346.814,74	100,00%
TOTAL	18.897.776,76	100,00%	19.346.814,74	100,00%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo	5.711.624,70	5.711.624,70

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos no Não Circulante:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Devedores por Depósitos em Garantia	6.360,56	6.360,56
TOTAL	6.360,56	6.360,56

Trata-se de depósitos judiciais relativos a processos junto à Receita Federal em virtude de falha no envio de DCTFs.

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos no Não Circulante:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições a Compensar	33.223,53	23.016,59
TOTAL	33.223,53	23.016,59

10. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	65.425,99	-	25.303,29	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	128.877,98	-	101.803,89	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	111.014,15	-	-	-
Pagamentos a Ressarcir	23.850,60	-	15.422,54	-
Devedores Diversos – País (a)	906.233,66	502.392,34	693.406,55	502.392,34
Material em Estoque	22.698,90	-	23.255,12	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	300.432,69	-	300.432,69
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda-Rec.(c)	-	(300.432,69)	-	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (d)	163.705,75	-	32.577,24	-
Sem Característica de Concessão de Crédito(a)	-	(502.392,34)	-	(502.392,34)
TOTAL	1.421.807,03	-	891.768,63	-

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$840,19); participação no fundo de gestão de bens constituído conforme deliberação da AGO 2016 do Sicoob Confederação (R\$ 502.392,34), que está totalmente provisionado, e da apropriação do rateio das despesas administrativas de junho 2023, custeado pelas filiadas ao Sicoob Central BA (R\$ 905.393,47).

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, contribuição confederativa, IPTU, entre outras.



11. INVESTIMENTOS

a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Participações em Coligadas e Controladas no País	68.286.927,34	64.077.910,07
TOTAL	68.286.927,34	64.077.910,07

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

12. IMOBILIZADO DE USO

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2023	31/12/2022
Terrenos		48.000,00	48.000,00
Edificações	4%	686.265,17	686.265,17
Instalações	10%	46.950,37	46.950,37
Móveis e equipamentos de Uso	10%	311.928,27	305.338,97
Sistema de Processamento de Dados	20%	628.335,46	615.295,88
Sistema de Segurança	10%	56.362,63	59.948,57
Total de Imobilizado de Uso		1.777.841,90	1.761.798,96
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações		(295.241,80)	(281.516,50)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(33.102,67)	(31.386,85)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(643.439,17)	(606.242,88)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(971.783,64)	(919.146,23)
TOTAL		806.058,26	842.652,73

13. INTANGÍVEL

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	30/06/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	10%	289.442,68	284.590,47
Intangível		289.442,68	284.590,47
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(215.250,73)	(186.877,12)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(215.250,73)	(186.877,12)
TOTAL		74.191,95	97.713,35

14. DEPÓSITOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os depósitos estavam assim compostos, no Circulante:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Depósito Sob Aviso (a)	163.151,97	153.196,43
Depósito a Prazo (b)	114.668.451,63	53.686.663,57
TOTAL	114.831.603,60	53.839.860,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data das demonstrações financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Central estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	355.973.204,40	33,51%	258.106.386,79	30,58%
10 Maiores Depositantes	1.062.213.585,58	100,00%	844.004.421,91	100,00%
TOTAL	1.062.213.585,58	100,00%	844.004.421,91	100,00%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Centralização Financeira-Cooperativas e Depósitos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(9.955,54)	(7.363,76)
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.377.768,73)	(543.470,06)
TOTAL	(5.387.724,27)	(550.833,82)

15. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas Filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 2023, equivalem a 98% do CDI (2022 - 98%).

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Centralização Financeira - Cooperativas	947.381.981,98	790.164.561,91
TOTAL	947.381.981,98	790.164.561,91



16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	139.255,53	128.387,61
TOTAL	139.255,53	128.387,61

17. PROVISÕES

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões estava assim composto, no Não Circulante:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Provisão Para Contingências	145.927,78	142.324,99
TOTAL	145.927,78	142.324,99

O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido a erros na confecção das DCTFs das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal. Por sugestão do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$6.360,56);

Trata-se de débitos de IRPJ - 1º e 2º trimestres de 2009 (R\$ 25.765,45 e R\$ 31.240,65 valores originais respectivamente) que se encontram em aberto devido ao não reconhecimento de direito creditório pleiteado e não homologação das compensações requeridas. Por sugestão da Gerência Jurídica e de Normas e aprovação da Diretoria Executiva, essa dívida foi provisionada em sua totalidade, devidamente atualizada até 30/06/2023.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Há provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, pela avaliação dos assessores jurídicos, em montantes considerados suficientes, para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	145.927,78	6.360,56	142.324,99	6.360,56
TOTAL	145.927,78	6.360,56	142.324,99	6.360,56

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto no Circulante:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	43.197,31	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	41.298,66	42.088,60
Impostos e Contribuições sobre Salários	228.204,58	260.525,93
Outros	2.302,83	3.873,12
TOTAL	315.003,38	306.487,65

19. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Sociais e Estatutárias (a)	746.274,17	746.274,17
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.050.670,97	759.565,26
Credores Diversos - País (c)	10.495.557,80	8.602.882,87
TOTAL	12.292.502,94	10.108.722,30

(a) Em Sociais e Estatutárias, temos registrado o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates, que é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Cosif. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A partir do exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de Fates passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 1.016.582,38) e Outras Despesas Administrativas (R\$ 34.088,59);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a provisão para despesa sobre os depósitos intercooperativos, que corresponde à remuneração paga às cooperativas filiadas decorrentes dos recursos mantidos na reserva obrigatória de liquidez da centralização financeira (R\$ 9.452.770,90), a Crédito de Filiadas (R\$ 988.205,43), e outros (R\$ 54.581,47).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.



De acordo com o artigo 16, § 2º, do Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital social, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro.

Além da forma mencionada de capitalização, cada filiada ao Sicoob Central BA subscreve e integraliza ao seu capital social anualmente, valor correspondente a 0,0350% (trezentos e cinquenta décimos de milésimos por cento) do total dos saldos captados de seus depósitos.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Capital Social	71.656.322,57	66.147.031,80
Associados	10	10

b) Reservas de Sobras

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

b.1) Reserva Legal

Destinações estatutárias das sobras apuradas com atos cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento) conforme determina o artigo 19, inciso I, do Estatuto Social, é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Fundo de Reserva	9.402.249,85	9.402.249,85
TOTAL	9.402.249,85	9.402.249,85

b.2) Reserva para Expansão

b.2.1) Fundo Micro finanças

Em 2 de março de 2018, foi realizada a doação condicional dos recursos mantidos no Fundo de Desenvolvimento, celebrado com a DGRV, com objetivo de estabelecer parceria entre as partes bem como a fixação de suas atribuições específicas, com a finalidade de fortalecer o Sicoob Central BA e suas filiadas, com vigência até final dos recursos com no mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos a contar da data de assinatura.

Para esta reserva são destinados integralmente, em cada exercício, os rendimentos líquidos auferidos com as aplicações dos recursos da DGRV. Por outro lado, a realização da reserva ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas ao desenvolvimento das ações previstas na parceria.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	93.671,00	125.214,75
Reversão de Reserva para Expansão	-	(88.971,16)
Destinação valor dos rendimentos oriundos aplicações DGRV	-	57.427,41
Saldo Final	93.671,00	93.671,00

b.3) Reserva de Sobras a Realizar

Esta reserva foi constituída entre 2008 e 2018 pelo resultado líquido positivo calculado, em cada exercício social, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA junto ao Banco Sicoob. Conforme definição estatutária, não haverá mais destinação ao fundo com o resultado do MEP.

Descrição	30/06/2023
Saldo até 30 de junho de 2023	18.706.234,73

c) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

Até 30 de junho de 2023, a movimentação da avaliação e do ajuste de investimentos em participações pelo MEP no Banco Sicoob, foi de R\$ 7.458,14 decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado. O saldo de Outros Resultados Abrangentes estava assim composto:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Outros Resultados Abrangentes	(171.738,86)	(179.197,00)

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. O saldo das Sobras Acumuladas em 30 de junho de 2023 é de R\$ 4.291.822,09 e em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.031.863,82.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2022 da seguinte forma:

- 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 2.031.863,33.

21. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Empréstimos	1.106.830,82	1.497.189,93
TOTAL	1.106.830,82	1.497.189,93

22. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Captação	(5.387.724,27)	(550.833,82)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(52.299.012,84)	(31.726.217,80)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	55.651,70	66.077,51
Provisões para Operações de Crédito	(121.815,62)	(98.516,26)
TOTAL	(57.752.901,03)	(32.309.490,37)

**23. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Comissão	115.768,69	105.583,53
Rendas de Outros Serviços	140.237,38	98.628,02
TOTAL	256.006,07	204.211,55

24. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(51.432,00)	(35.013,36)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(740.810,93)	(569.463,03)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.201.273,67)	(1.005.837,74)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.019.252,97)	(877.024,38)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.618.015,37)	(2.306.407,08)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(24.844,84)	(69.804,74)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(39.033,27)	(12.416,95)
TOTAL	(5.694.663,05)	(4.875.967,28)

25. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(42.610,10)	(26.823,23)
Despesas de Aluguéis	(64.950,37)	(65.017,76)
Despesas de Comunicações	(40.061,01)	(38.871,90)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(17.744,56)	(14.265,12)
Despesas de Material	(4.187,58)	(3.699,93)
Despesas de Processamento de Dados	(158.724,87)	(125.892,35)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(606.515,45)	(198.500,82)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(693.940,45)	(553.044,99)
Despesas de Publicações	(6.630,00)	(7.260,00)
Despesas de Seguros	(10.002,71)	(7.916,61)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(97.113,32)	(61.492,74)
Despesas de Serviços de Terceiros	(111.127,77)	(89.167,35)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(47.167,96)	(35.408,36)
Despesas de Transporte	(36.569,83)	(12.415,72)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(15.690,00)
Despesas de Viagem no País	(227.921,72)	(113.017,20)
Despesas de Amortização	(28.373,61)	(8.854,74)
Despesas de Depreciação	(72.198,00)	(63.802,60)
Outras Despesas Administrativas	(1.064.630,14)	(1.007.750,65)
TOTAL	(3.330.469,45)	(2.448.892,07)

26. DISPÊNDIOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Tributárias	(29.735,89)	(26.102,94)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(12.743,75)	(10.151,65)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(10.195,00)	(8.121,35)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(27.331,63)	(23.792,72)
TOTAL	(80.006,27)	(68.168,66)

27. RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

O Sicoob Central BA possui ações do Banco Sicoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do ano.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial – MEP, utiliza-se o patrimônio líquido do Banco Sicoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Ajustes em Investimentos em coligadas e controladas	4.199.567,51	4.558.587,83
TOTAL	4.199.567,51	4.558.587,83

28. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	8.394,86	13.921,80
Outras rendas operacionais	5.752.812,82	4.828.747,87
TOTAL	5.761.207,68	4.842.669,67

29. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Outras Despesas Operacionais	(2.727,53)	(64,52)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	-	(1.156,02)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(106,42)	(4.338,60)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(118.371,59)	(23.398,40)
TOTAL	(121.205,54)	(28.957,54)



30. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(3.602,79)	(3.021,33)
Provisões para Contingências	(3.602,79)	(3.021,33)
TOTAL	(3.602,79)	(3.021,33)

31. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Período de 30/06/2023 e 30/06/2022 (R\$)		
Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(581.037,77)	(487.765,19)
Cédulas de Presença Conselho Administração	(113.206,08)	(81.697,84)
Encargos Previdenciários	(149.857,49)	(120.895,22)
Benefícios	(87.328,86)	(75.994,98)
TOTAL	(931.430,20)	(766.353,23)

b) Operações com entidades relacionadas

As operações do Sicoob Central BA são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

i) Cooperativas Singulares filiadas

A Central é composta por dez Cooperativas Singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do Sicoob Central BA e seus donos.

Transações	30/06/2023	31/12/2022
Operações de Créditos	18.701.218,17	19.216.420,07
Rateio/Alocação Filiadas	502.392,34	688.888,81
Depósitos a Prazo	114.668.451,63	53.686.663,57
Centralização Financeira	947.381.981,98	790.164.561,91
Capital Social	71.656.322,57	66.147.031,80

ii) Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

iii) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob.

c) O Capital Social apresentado pelo Sicoob Central BA de partes relacionadas foi:

Descrição	30/06/2023
Capital Social	54.066.814,27

32. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.955 e Resolução CMN nº 4.958, ambas de 21/10/2021, que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e definem requerimento mínimo de PR correspondente à aplicação do fator "F" ao montante RWA, sendo "F" igual a 8% (oito por cento) e Adicional de Capital Principal (ACP) correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de abril de 2022, totalizando 10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento) de exigência no 1º semestre de 2023, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	46.007.879,04	42.710.367,99
Margem do PR Mínimo	18.262.164,30	19.624.043,00
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	264.244.902,20	219.860.237,99
Índice de Basileia (mínimo 10,5%)	15,83%	17,76%
Imobilizado para cálculo do limite	806.058,26	842.652,73
Índice de imobilização (limite 50%)	1,75%	1,97%

33. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ. As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Previdência Privada	(106.953,60)	(126.995,49)
TOTAL	(106.953,60)	(126.995,49)



34. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

34.1 RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 RISCO DE CRÉDITO

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o

risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 RISCO DE MERCADO E VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão



e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (Δ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (Δ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

34.4 RISCO DE LIQUIDEZ

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais



deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

34.5 RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

34.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de

capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

34.7 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

SALVADOR-BA, 30 de junho de 2023.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Às Cooperativas Filiadas

Submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2023 da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, na forma da Legislação em vigor.

1. CENÁRIO

O cenário traçado para 2023 girou muito em torno das políticas governamentais previstas para o ano em curso, sobretudo, àquela voltada para o arcabouço fiscal. Isto muito em função da desaceleração da economia no último trimestre de 2022 com baixa de 0,1%, em que pese o PIB ter avançado 2,9% no ano, porém inferior aos 5% registrado em 2021.

Contrariando as previsões de mercado, o resultado do PIB do primeiro trimestre deste ciclo, ao registrar um crescimento de 1,9% em relação ao trimestre imediatamente anterior, trouxe expectativas muito positivas para 2023, passando de uma projeção de crescimento próxima de 1% no início do ano, para 2,29% até dezembro - Boletim Focus de 14/08/2023.

Sob a ótica da oferta, o destaque ficou por conta do setor agropecuário, com variação de 21,6% no período, seguido de 0,6% em serviços e baixa de 0,1% na indústria. Esse desempenho do agro reflete a safra recorde de grãos neste primeiro ciclo, sobretudo na produção de soja que representa aproximadamente 70% desse setor.

O setor de serviços, que possui o maior peso sob esta ótica, avançou 0,6%, puxado pelas atividades do setor de transporte, principalmente de cargas e de passageiros, além das atividades financeiras, reflexo da elevação dos prêmios de seguros e queda dos sinistros.

Já a indústria sofreu leve baixa de 0,1%, sendo impactada pela redução de bens de capital (máquinas e equipamentos), bens intermediários (bens manufaturados ou matéria-prima) e construção, apesar do avanço da atividade extrativa e de eletricidade e água, gás, esgoto e gestão de recursos hídricos, em função das condições hídricas favoráveis.

Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias que representa 60% do PIB e o consumo do governo variaram positivamente em 0,2% e 0,3%, respectivamente. Os recuos ficaram por conta da formação bruta do capital fixo (investimento), exportações e importações, com variações de -3,4%, -0,4% e -7,1%, respectivamente.

Diante deste cenário, a expectativa para o final do ciclo é de um crescimento do PIB de 2,29% - Boletim Focus, de 14/08/2023 - muito embora já se evidencie um arrefecimento da inflação, convergindo para o centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, o que influenciou o Comitê de Política Monetária – Copom, iniciar a trajetória de redução da Selic em sua última reunião, passando de 13,75% para 13,25% a.a.

Os principais desafios para que este crescimento se consolide, estão na aprovação do projeto do arcabouço fiscal e da redução da política contracionista, à medida que a inflação converge para o centro da meta. Estes dois fatores, o primeiro pautado na segurança jurídica e o segundo em condições mais atrativas, com redução da taxa de juros, estimulam o investimento das empresas, principalmente de longo prazo, e as famílias a consumirem mais produtos e serviços.

A inflação destrói o poder de compra das famílias, reduzindo o seu potencial de consumo. Por outro lado, os juros elevados, necessários para conter o pico inflacionário, encarece o crédito e impacta o investimento das empresas. A expectativa dos analistas é que a taxa Selic finalize o ano em 11,75%.

No que tange ao desempenho do SFN, o Banco Central projeta um crescimento da ordem de 7,7% (relatório de inflação – 29/06/23). Por segmento, a expectativa é de um crescimento de 9% na carteira de pessoa física e de 3% na carteira de pessoa jurídica, quando se refere aos créditos livres. Já no crédito direcionado a projeção gira em torno de 11% e 7%, respectivamente.

O Sicoob Central BA, no seu papel de apoiar as cooperativas para crescer de forma sustentável, tem buscado estimular a cadência da execução estratégica, por meio de encontros in loco com os Conselhos de cada filiada para discussão de oportunidades de negócios e estratégia de expansão, além de reuniões com os pontos focais, a partir dos indicadores do pacto sistêmico, dos objetivos traçados por cada singular, a fim de que as metas comerciais, de eficiência e de riscos sejam alcançadas.

Um dos desafios no primeiro semestre, e ainda para o próximo, consiste em equalizar as taxas de aplicação, frente a Selic, o que elevou significativamente o custo de captação, impactando diretamente o resultado da intermediação financeira.

A política monetária começa a dar sinais de arrefecimento, a partir da primeira redução da taxa básica de juros na recente reunião do Copom, após 12 meses de manutenção em 13,75%. A tendência é de corte nas reuniões subsequentes, porém é momento de cautela por parte das cooperativas filiadas, uma vez que não há espaço para redução da taxa de aplicação do crédito, em função do descasamento ainda existente entre as taxas de captação e do crédito em boa parte das cooperativas.

Para compensar este desequilíbrio e manter o nosso negócio sustentável, incentivamos ainda mais a participação nas campanhas de produtos e serviços e gestão eficiente do risco para redução da inadimplência, o que resultará em melhores resultados.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos cresceram 49,68% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 1.179,08 milhões. Em 30 de junho de 2023, 94,01% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 92,42% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 1,59% em operações de crédito.

A captação de depósitos e da centralização financeira junto às cooperativas filiadas progrediram 53,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 1.062,21 milhões em 30 de junho de 2023. O patrimônio líquido evoluiu 20,91%, chegando a R\$ 103,98 milhões. As sobras líquidas antes das destinações elevaram-se em 120,94% em relação ao mesmo período de 2022, alcançando R\$4,29 milhões em 30 de junho de 2023.



2.2. COOPERATIVAS FILIADAS

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o primeiro semestre de 2023 com R\$ 2.582,76 milhões, representando um aumento de 24,66% ante o mesmo período do ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, encerraram o primeiro semestre de 2023 com R\$1.280,01 milhões, representando um acréscimo de 9,12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A captação de depósitos cresceu 28,48% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o patamar de R\$ 1.810,85 milhões, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$ 524,66 milhões em 30 de junho de 2023, representando uma evolução de 15,02% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As sobras brutas do primeiro semestre de 2023, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$ 45,01 milhões, representando uma evolução de 99,35% em relação ao mesmo período do ano anterior e corresponderam a um retorno de 18,95% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do período.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob - CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. RISCOS DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de liquidez do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos desse risco, por meio das boas práticas de gestão e garantir a suficiência de recursos para suportar potenciais saídas de recursos de forma inesperada do fluxo de caixa.

No gerenciamento do risco de liquidez são utilizados como instrumentos de gestão: projeções de fluxo de caixa, limites mínimos de liquidez, aplicações de cenários de estresses e planos de contingência de liquidez.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de liquidez no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.4. RISCO DE MERCADO E RISCO DE VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS (IRRBB)

O gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros e dos movimentos adversos das taxas de juros no seu capital e resultados, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

No gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB, são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de riscos, de classificação de instrumentos da carteira de negociação e da carteira bancária, estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e teste de aderência (backtesting) do modelo de risco. O valor de exposição ao Risco de Mercado (RBAN) é mensurado pela metodologia VaR (Value at Risk), calculado pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e do IRRBB é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.5. RISCO DE CRÉDITO E RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso



do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais e climáticos.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob - CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e social, ambiental e climático para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.6. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 4.557/2017. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Sicoob Central BA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Centro Cooperativo do Sicoob (CCS), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

3.7. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa do Sicoob Central BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

A verificação do cumprimento aos normativos e leis vigentes é realizada pelo Conselho Fiscal do Sicoob Central BA, auditorias, bem como pelo Banco Central do Brasil.

5. CONSELHO FISCAL

Eleito na AGO de 29/04/2022, o Conselho Fiscal tem a função de examinar assídua e minuciosamente os atos da administração, bem como os demonstrativos contábeis do Sicoob Central BA.

6. PACTO DE ÉTICA

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o Sicoob Central BA, adotam o Pacto de Ética do Sicoob, sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes. O Pacto de Ética foi atualizado em 23 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do Sicoob Central BA pela dedicação.

Salvador, 16 de agosto de 2023.

IVO AZEVEDO DE BRITO
Presidente

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
Diretor Administrativo

JOSEMIR PEREIRA SOARES
Diretor Operacional



RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Srs.
Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
Salvador - BA

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade



de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 16 de agosto de 2023.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/MG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRC MG 077699/O

